

# METODOLOGIA PARA CONSTRUÇÃO DE PLANOS DE VIDA COM COMUNIDADES INDÍGENAS WARAO NO BRASIL



As opiniões expressas nesta publicação são dos autores e não refletem necessariamente a opinião da Organização Internacional para as Migrações (OIM). As denominações utilizadas no presente material e a maneira como são apresentados os dados não implicam, por parte da Organização Internacional para as Migrações (OIM), qualquer opinião sobre a condição jurídica dos países, territórios, cidades ou áreas, ou mesmo de suas autoridades, tampouco sobre a delimitação de suas fronteiras ou limites.

A OIM está comprometida com o princípio de que a migração ordenada e humana beneficia os migrantes e a sociedade. Por seu caráter de organização intergovernamental, a OIM atua com seus parceiros da comunidade internacional para: ajudar a enfrentar os crescentes desafios da gestão da migração; fomentar a compreensão das questões migratórias; promover o desenvolvimento social e econômico por meio da migração; e garantir o respeito pela dignidade humana e bem-estar dos migrantes.

Publicado por:

Organização Internacional para as Migrações  
SAUS Quadra 5 - Bloco N - Ed. OAB - 4º andar - Asa Sul  
CEP: 70070-913 - Brasília-DF - Brasil  
Tel.: +55 61 3771-3772  
E-mail: [iombrazil@iom.int](mailto:iombrazil@iom.int)  
Website: <https://brazil.iom.int>

Projeto gráfico e diagramação: Alessandra Bernardes  
Ilustrações: Gustavo Nascimento

©OIM 2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Metodologia para construção de planos de vida com comunidades indígenas Warao no Brasil / [elaboração de conteúdo Jennifer Alvarez, Luciana Elena Vázquez, Leany Torres Moraleda]. -- Brasília, DF : OIM, 2024.

Vários colaboradores.  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-87187-26-6

1. Antropologia social 2. Comunidades indígenas - Brasil 3. Comparação intercultural 4. Cultura indígena 5. Estudos interculturais 6. Indígenas - Direitos fundamentais 7. Povos indígenas (Warao) - História 8. Povos indígenas (Warao) - Identidade étnica 9. Povos indígenas (Warao) - Usos e costumes I. Alvarez, Jennifer. II. Vázquez, Luciana Elena. III. Moraleda, Leany Torres.

24-228031

CDD-306.08998

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Povos indígenas : Brasil : Sociologia 306.08998

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Esta publicação não foi editada oficialmente pela OIM.

Este guia foi publicado sem aprovação da Unidade de Publicações da OIM (PUB) em relação à adesão aos padrões de estilo e marca da OIM.

Alguns direitos reservados. Este documento está disponibilizado sob termos da licença Creative Commons – Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 3.0 Não Adaptada (CC BY-NC-ND 3.0).\*

Para saber mais sobre as especificações, acesse os Termos de Uso e Direitos Autorais.

Esta publicação não deve ser usada, publicada ou redistribuída para fins principalmente destinados ou direcionados para vantagem comercial ou compensação monetária, com exceção de fins educacionais, por exemplo, para inclusão em livros didáticos.

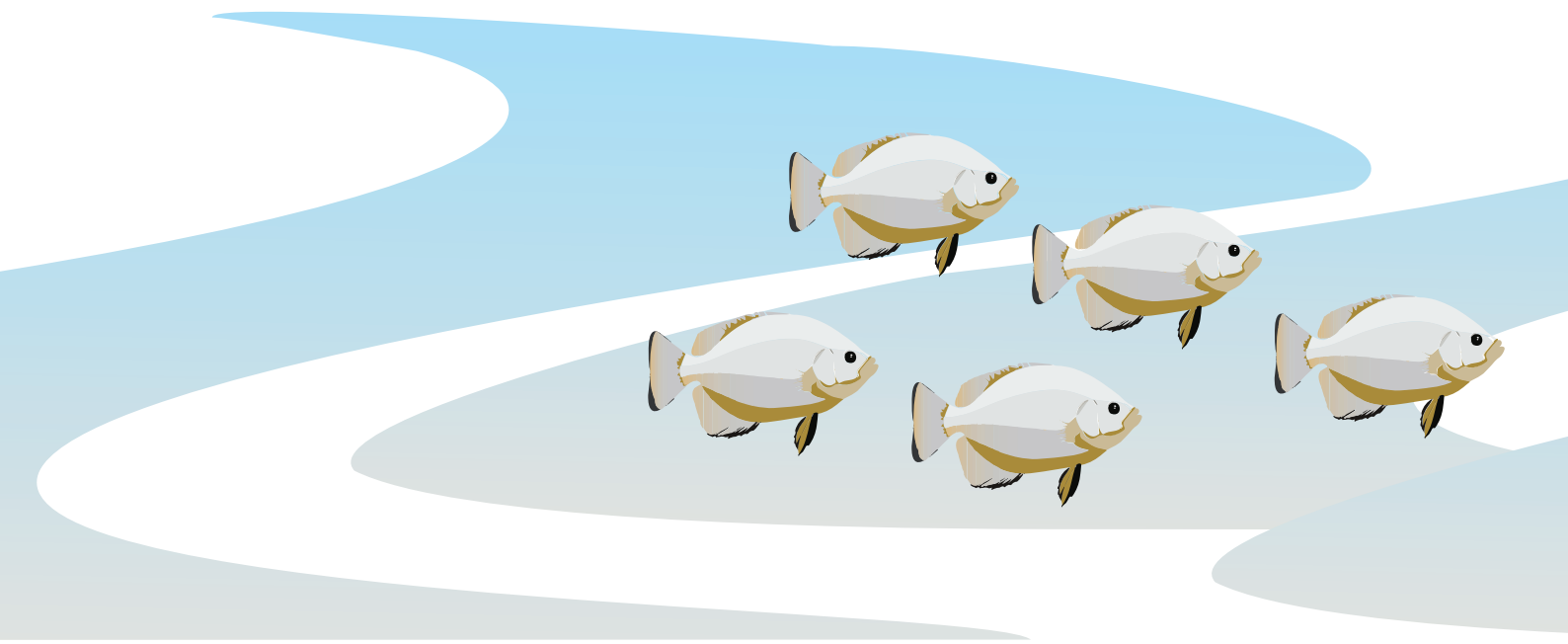
Permissões: Solicitações para uso comercial ou direitos e licenças adicionais devem ser enviadas para [publications@iom.int](mailto:publications@iom.int).

\*<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/igo/legalcode>

Ministério dos Povos Indígenas (MPI)  
Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)  
Organização Internacional para as Migrações (OIM)

# METODOLOGIA PARA CONSTRUÇÃO DE PLANOS DE VIDA COM COMUNIDADES INDÍGENAS WARAO NO BRASIL

Organização Internacional para as Migrações (OIM)  
Brasília-DF, Brasil – julho de 2024



## | EXPEDIENTE

### Governo Federal

#### Ministério dos Povos Indígenas

Sônia Guajaja

Ministra

Juma Xipaia

Secretária Nacional de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas (SEART)

Frederico Vieira Campos

Chefe de Gabinete da Secretaria de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas (SEART)

Uilton Tuxá

Diretor do Departamento de Promoção da Política Indigenista (DEPIN/SEART)

Érik Maike Terena

Coordenador Nacional de Políticas Públicas para Indígenas em Situação de Contexto Urbano (COPUSU/CGPC/DEPIN/SEART)

#### Fundação Nacional dos Povos Indígenas

Joenia Wapichana

Presidenta

Lucia Alberta Andrade de Oliveira

Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável (DPDS)

André Raimundo Ferreira Ramos

Coordenador de Processos Educativos (COPE/CGPC)

Luiz Carlos Lages

Especialista em Indigenismo (COPE/CGPC)

Romeu Tavares de Lima Neto

Coordenador de Proteção Social (COPS)

#### Organização Internacional para as Migrações

Paolo Giuseppe Caputo

Chefe de Missão

Equipe de Brasília

Luciana Elena Vázquez

Coordenadora de Projetos

Leany Torres Moraleda

Assistente de projeto

Manuela de Castro

Auxiliar de Projeto

## I AGRADECIMENTOS

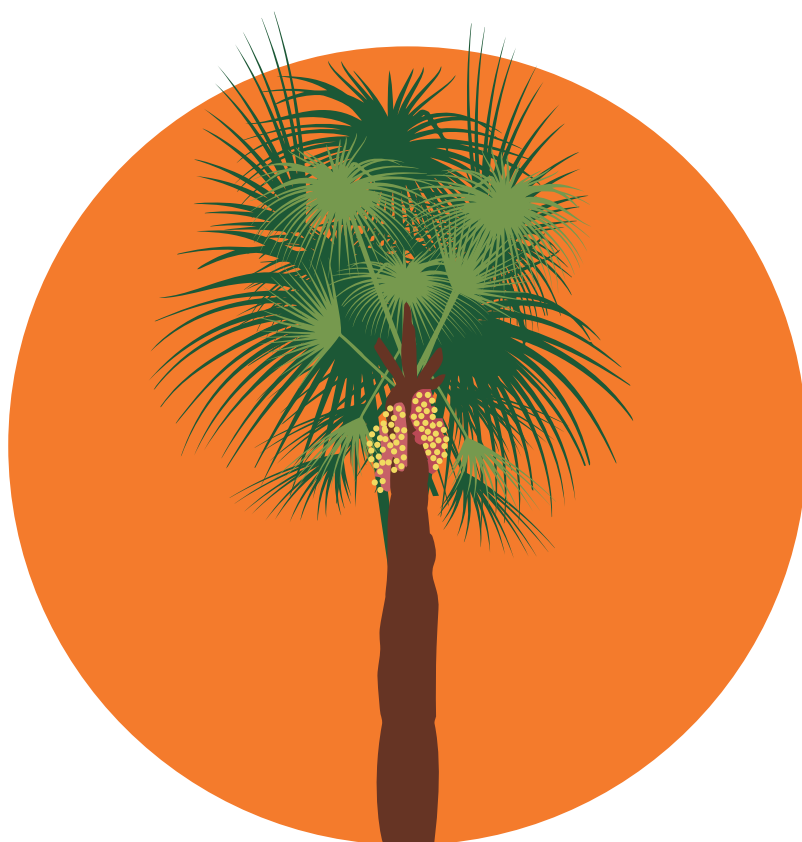
A presente publicação é uma realização do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM), com o apoio financeiro do Escritório para Populações, Refugiados e Migrações do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (PRM).

Agradecemos especialmente aos indígenas do povo Warao que participaram voluntariamente dos diálogos comunitários para a construção dos planos de vida de suas comunidades. Sua presença e suas elaborações trouxeram conhecimentos fundamentais sobre a ancestralidade e a identidade do povo Warao, bem como seus desejos para um futuro comunitário voltado ao bem-viver. A metodologia apresentada nesta publicação tem como princípio-guia a garantia do protagonismo das pessoas indígenas nos processos que impactam suas vidas.

Também destacamos e agradecemos a colaboração das equipes da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Defensoria Pública da União de Minas Gerais (DPU/MG) e da Diretoria de Ensino do Instituto Federal do Amazonas (Ifam) na realização dos diálogos comunitários.

Esta publicação foi desenvolvida com o intuito de promover processos de consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas, que propiciem melhorias efetivas nas políticas públicas a partir da elaboração de instrumentos de diálogo comunitário culturalmente adequados.

Brasília, abril de 2024.



## I SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS // 9

LISTA DE FIGURAS // 9

INTRODUÇÃO // 11

1. CONTEXTO // 13

2. INSUMOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DE PLANO DE VIDA // 13

3. DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA DE PLANO DE VIDA // 14

4. REFLEXÕES METODOLÓGICAS INICIAIS // 15

5. CAMINHOS PARA O DIÁLOGO // 16

6. REFLEXÕES SOBRE GOVERNANÇA // 20

7. PONTOS DE ATENÇÃO PARA AS DINÂMICAS PRESENCIAIS // 20

8. SISTEMATIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO // 21

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS // 24

REFERÊNCIAS // 25

ANEXO: GLOSSÁRIO DE IMAGENS // 26







## | LISTA DE SIGLAS

AM	Estado do Amazonas
APIO	Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque
Funai	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
MPI	Ministério dos Povos Indígenas
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAF	Plano de Acompanhamento Familiar
SES/AM	Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância

## | LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Elementos metodológicos

Figura 2. Dimensões da vida consideradas na visão de futuro

Figura 3. Exemplo de registro da visão de futuro de uma comunidade no relatório do Plano de Vida



## I INTRODUÇÃO

O avanço na conquista de direitos para os povos indígenas, decorrente da atuação dos movimentos indígenas e quilombolas e das comunidades tradicionais, tem provocado uma significativa transformação nos marcos discursivos relacionados tanto à autodeterminação, ao direito ao território e ao reconhecimento por parte do Estado e da sociedade civil como aos seus sistemas particulares de organização cultural.

A participação nos espaços institucionais e nos meios de consulta são, nesse contexto, ferramentas fundamentais para que o atendimento ofertado aos povos indígenas, em termos de saúde, educação, assistência social, trabalho, entre outros, seja qualificado. Isso porque as políticas voltadas para os povos indígenas e as comunidades tradicionais demandam um enfoque intercultural que considere a diversidade étnico-racial, cultural e linguística desses povos. Esse exercício deve ser constante e, essencialmente, contar com a consulta prévia, livre e informada das comunidades, bem como sua participação nos processos de tomada de decisão, de acordo com a Convenção nº 169 de 1989 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada no Brasil em 2004 e vigente até hoje<sup>1</sup>.

A fim de desenvolver processos de consulta efetivos e geradores de impacto, é fundamental elaborar metodologias apropriadas para que seja possível se aproximar da visão de mundo das comunidades e compreender, a partir do exercício da alteridade, suas necessidades, suas prioridades e seus desejos. Essa perspectiva teórico-metodológica potencializa a atuação das lideranças comunitárias ao aprimorar suas ferramentas de participação social e, conseqüentemente, promove a autonomia das comunidades.

Foi a partir dessas premissas de consolidação de mecanismos de consulta como parte do ciclo de políticas públicas que o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), com o apoio da Organização Internacional para as Migrações (OIM), organizaram escutas junto a pessoas indígenas em mobilidade. O intuito foi conhecer suas demandas de forma qualificada e promover uma interlocução com os atores institucionais da rede local.

Este documento detalha o processo metodológico para a construção de planos de vida com a população Warao no Brasil, a partir de encontros realizados em novembro de 2023 com comunidades em Belo Horizonte e Betim (MG), nos dias 16, 17 e 18; e em Manaus (AM), nos dias 27, 28 e 29. Em ambos os casos, os diálogos comunitários ocorreram a partir da metodologia de construção de plano de vida elaborada pela OIM.

A "Metodologia para Construção de Planos de Vida com Comunidades indígenas Warao no Brasil" procura descrever o processo de construção e os aprendizados da implementação dos planos de vida/metodologia, bem como sua definição e potencialidades.

<sup>1</sup> A Convenção 169 da OIT foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002 e promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Este último foi revogado pelo Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019 que atualizou e consolidou a regulamentação, reafirmando o compromisso do Brasil com as disposições da Convenção.ura da entrada de refugiados e migrantes pela fronteira.



## 1. CONTEXTO

A mobilidade indígena deve ser compreendida como um processo histórico, sendo a circulação pelo território um componente cosmológico dos povos indígenas amazônicos, por exemplo. No Brasil, a mobilidade indígena comporta os fluxos internacionais de pessoas indígenas, inclusive a presença de indígenas transfronteiriços e de indígenas em contexto urbano. Não obstante, desde 2014, a temática tem ganhado maior visibilidade devido ao fluxo venezuelano na fronteira norte do Brasil.

De acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, entre as mais populosas etnias indígenas no Brasil estão aquelas que ocupam territórios fronteiriços, tais como os Tikuna no Amazonas, fronteira com Peru e Colômbia; os Makuxi em Roraima, fronteira com a Venezuela; os Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul e Paraná, fronteira com o Paraguai; e os Kaingang, que ocupam territórios originários que se estendem pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, na fronteira com Paraguai e Argentina. Em 2022, foi registrado um aumento na população autodeclarada indígena residente no Brasil, correspondendo a 1.693.535 pessoas (0,83%). No Brasil, 29% dessa população se encontra no estado de Amazonas, o que faz dele o estado com maior presença de pessoas indígenas a nível nacional. Por sua vez, Roraima conta com 6% dessa população, mas conta com a maior quantidade de pessoas indígenas proporcionalmente à população geral do estado.

Especialmente, os Warao encontram-se em mais de 200 cidades brasileiras (OIM et al., 2023). De acordo com os dados da pesquisa “Matriz de monitoramento de deslocamento (DTM) nacional sobre a população indígena do fluxo migratório venezuelano no Brasil”, da OIM, em um universo de 3.725 pessoas indígenas do fluxo venezuelano ao Brasil, a etnia Warao (71%) é a mais numerosa e a que mais se desloca no território nacional. As 51 comunidades entrevistadas que declararam ser compostas por essa etnia encontram-se principalmente no Norte (37%), no Nordeste (26%) e no Centro-Oeste (14%). Ainda, entre as comunidades que moram em meio urbano (89%), a maior parte das pessoas são da etnia Warao.

Esses dados apontam a relevância da discussão sobre populações indígenas em contexto urbano, com um olhar atento ao caráter transfronteiriço e de mobilidade interna, pelo Brasil, das comunidades indígenas venezuelanas. Ainda, ressalta-se que o perfil populacional dos povos indígenas e das comunidades tradicionais em mobilidade possui diversos marcadores sociais de diferença. Essa população está exposta a situações de vulnerabilidade que se agregam à migração multifatorial e devem ser consideradas nas políticas públicas a ela destinadas.

## 2. INSUMOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA METODOLOGIA DE PLANO DE VIDA

Plano de Vida é uma metodologia baseada no direito à consulta prévia, livre e informada, bem como à proteção social. Ela foi desenvolvida inspirada no Plano de Acompanhamento Familiar (PAF), do Sistema Único de Assistência Social (Suas), e em uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) de construção de planos de vida com as comunidades indígenas Warao, E'ñepa e Ka'riña em mobilidade no estado de Roraima em 2022 (BRASIL, 2012).

O PAF procura, através de uma escuta qualificada e acolhedora, identificar as demandas, vulnerabilidades e potencialidades das famílias, bem como recursos do território, a fim de definir objetivos e mobilizar estratégias a serem desenvolvidas por meio de compromissos da equipe técnica e das famílias. O PAF é uma ferramenta fundamental para orientar o trabalho preventivo, protetivo e proativo das equipes técnicas e garantir a participação direta dos usuários das políticas públicas.

**Estruturado com base em um diagnóstico das principais dimensões da vida social da família atendida, como moradia, trabalho, saúde e educação, o PAF tem como objetivos:**

- possibilitar uma metodologia participativa que fortalece a autonomia;

- fortalecer os vínculos familiares e comunitários;
- trabalhar a partir de uma abordagem coletiva, e não individual;
- evidenciar os desejos e objetivos da família;
- estabelecer um norte para o desenvolvimento das ações a curto, médio e longo prazo;
- permitir avaliações e adequações periódicas a partir dos objetivos e resultados.

Por sua vez, a metodologia para a elaboração de Plano de Vida utilizada pelo Unicef tinha como finalidade:

- definir uma diretriz para nortear as ações desenvolvidas localmente;
- mitigar os desafios e fomentar as potencialidades das comunidades;
- aprimorar a capacidade técnica de implementação de políticas públicas a curto, médio e longo prazo;
- fortalecer a atuação interfederativa (governos municipal, estadual e federal) e em parceria com a sociedade civil;
- promover o respeito pela auto-organização das comunidades e os processos participativos.

É possível observar elementos comuns a ambas as metodologias, que provocaram uma reflexão conceitual e técnica sobre as possibilidades desse método.

Foram consultadas, ainda, outras experiências de construção de planos de vida com comunidades indígenas no Brasil, como os povos e as organizações indígenas do Oiapoque (APIO, 2009).

A metodologia utilizada nesse caso, em 2009, continha as seguintes etapas:

1. Articulação de parceiros
2. Mobilização
3. Oficinas regionais de planejamento participativo
4. Validação
5. Elaboração de projetos
6. Implementação dos projetos
7. Monitoramento participativo
8. Avaliação participativa

A estruturação das etapas foi fundamental para identificar o passo a passo necessário à construção do Plano de Vida. A partir dessas experiências e das reflexões sobre as realidades locais vivenciadas pelos Warao, foi desenvolvida a metodologia de Plano de Vida adotada neste trabalho, apresentada a seguir.

### I 3. DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA DE PLANO DE VIDA

O Plano de Vida consiste em um instrumento de fortalecimento das lideranças comunitárias e de diálogo com os governos locais na construção de compromissos para promover o acesso a direitos das populações indígenas em mobilidade e aprimorar a capacidade técnica de implementação de políticas públicas. Ele procura identificar os desejos da comunidade a curto, médio e longo prazo, refletir sobre como alcançá-los e identificar os atores que podem ser acionados pela comunidade para seu desenvolvimento.

O Plano de Vida serve como ferramenta de diálogo com as instituições e registro das estratégias desenhadas para a efetivação dos direitos da comunidade em questão e a construção coletiva de sua visão de futuro, que permitem uma reterritorialização das populações indígenas em mobilidade. O Plano de Vida parte de uma abordagem baseada no conceito de “etnodesenvolvimento”, que ressalta o protagonismo étnico e sociocultural dos grupos e promove sua

agência sobre seu território, seus recursos, suas formas de organização e suas relações com o Estado. Assim, um Plano de Vida pode estruturar-se a partir dos seguintes princípios:

- respeito pela auto-organização e pela autonomia das comunidades e pelos processos participativos;
- fortalecimento dos vínculos comunitários;
- abordagem baseada no etnodesenvolvimento, focada na atuação coletiva, e não individual;
- tomada de decisões baseadas em evidências e em subsídios previamente levantados com essas comunidades em outras iniciativas e processos de consulta, bem como em seu contexto local.

Os objetivos da construção de um Plano de Vida podem ser:

- possibilitar uma reflexão sobre os desejos da comunidade e sua visão de futuro coletiva;
- identificar necessidades, desafios, soluções prioritárias e soluções futuras;
- construir compromissos entre as comunidades, os atores governamentais e a sociedade civil;
- estabelecer um norte para o desenvolvimento de ações de curto, médio e longo prazo;
- permitir o monitoramento e a avaliação da implementação das ações.

Ainda, as etapas da construção do Plano de Vida foram definidas em:

#### 1. Diálogo inicial com as lideranças comunitárias

Consultas preliminares às lideranças locais sobre o interesse em realizar um diálogo comunitário para a construção de Plano de Vida.

#### 2. Articulação com a rede local

Convite à rede local para participação nos encontros de diálogo comunitário.

#### 3. Mobilização das comunidades

Acompanhamento, com as lideranças, da mobilização das comunidades para participação.

#### 4. Encontros

Realização de uma oficina por comunidade, cuja duração pode ser de um período ou dois (manhã ou manhã e tarde) na qual é realizada a discussão que gera os insumos para a construção do Plano de Vida. Ao final do encontro, os pontos levantados pelos participantes são recapitulados e validados com a comunidade.

#### 5. Sistematização do plano de Vida

Sistematização e análise dos insumos trazidos nos diálogos comunitários e construção do documento de Plano de Vida.

#### 6. Devolutiva do Plano de Vida

Apresentação do documento de Plano de Vida às lideranças e à rede local de governo e sociedade civil.

## I 4. REFLEXÕES METODOLÓGICAS INICIAIS

O processo de consulta livre, prévia e informada é um direito dos povos indígenas. A fim de efetivar esse direito, é fundamental que a metodologia de escuta dialogue com a cosmologia e os modos de vida das etnias que estão sendo consultadas. O presente documento oferece uma reflexão sobre elementos metodológicos importantes na construção de espaços de diálogo com comunidades indígenas Warao.

Em se tratando de populações em situação de alta vulnerabilidade, a primeira preocupação costuma ser as demandas emergenciais: alimentação, abrigo, necessidades de saúde. Essas populações, porém, passaram por um processo de desterritorialização, o que implica a necessidade de pensar caminhos para sua vinculação com o território e a

sociedade de acolhida. Para isso, é essencial propor uma reflexão mais ampla sobre o que a comunidade deseja para seu futuro, a fim de identificar de que forma desejam viver no novo território e como é possível concretizar esses desejos – o que será chamado, a partir de agora, de visão de futuro.

Os conceitos de demanda prioritária e futura, ou a curto, médio e longo prazo, porém, partem de concepções ocidentais sobre o tempo e o espaço. Assim, faz-se necessário formular uma pergunta que faça sentido, tanto linguística como culturalmente, para as comunidades Warao. Para essa etnia, o rio (naba) é um elemento cosmológico central enquanto ciclo da vida. Por sua vez, a árvore do buriti (moriche) é sagrada e representa o bem viver do povo Warao, pois é utilizada em todas as dimensões da vida social, na construção de moradias, na produção de artesanato, na alimentação etc.

Assim, a metodologia deste trabalho foi elaborada a fim de dialogar com a cosmologia Warao de forma a trazer elementos informativos sobre direitos e a estrutura da política pública brasileira, desenvolvendo uma reflexão sobre as necessidades prioritárias e os desejos da comunidade a longo prazo, bem como possíveis caminhos para construir essa realidade.

A estruturação de uma metodologia de construção de Plano de Vida comunitário parte da reflexão sobre a visão de futuro do coletivo. Isso permite promover a autonomia das comunidades ao identificar não só suas demandas prioritárias e futuras, mas também como e a quem apresentá-las. Além disso, ao reunir os atores locais e propor soluções conjuntas, esse diálogo possibilita que os governos municipais, estaduais e federal fortaleçam suas capacidades institucionais para a resposta à mobilidade indígena e identifiquem as responsabilidades compartilhadas com as instituições. Portanto, esses momentos são formativos e de aprendizado mútuo entre comunidades e executores de políticas públicas. A seguir, são apresentados os caminhos construídos para a realização dessas ações.

## I 5. CAMINHOS PARA O DIÁLOGO

A fim de trazer à superfície elementos da memória coletiva e ancestral para abordar a identidade cultural da comunidade no novo contexto no qual se encontra, a discussão é conduzida por meio de um recurso imagético e simbólico: a imagem do rio/água como elemento condutor da concepção de vida. A partir dessa imagem, são trabalhados os conceitos técnicos em analogia com elementos da natureza fundamentais para a cosmologia Warao:

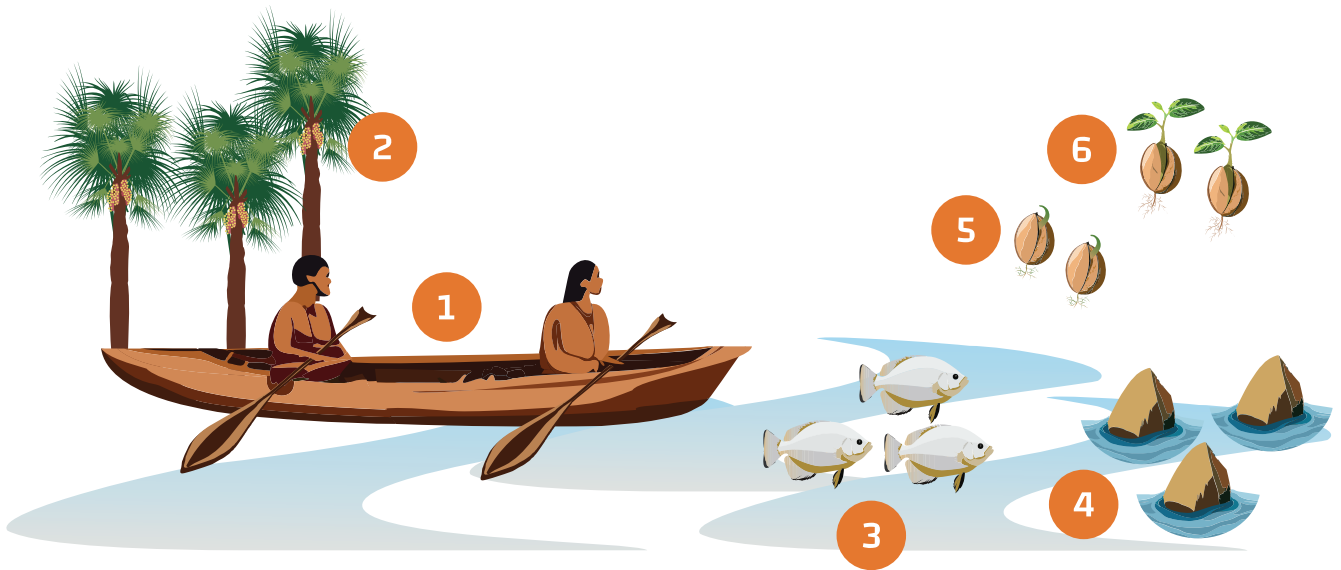
- vida: rio/água (naba/jo, em warao)
- concepção comunitária de identidade/quem é a comunidade: canoa (wajibaka)
- desejos comunitários/visão de futuro/vida dos filhos e netos: árvore de buriti (moriche)
- necessidades prioritárias da comunidade: peixes (osibu)
- desafios para acessar as necessidades e os sonhos: pedras (joyo)
- soluções possíveis, prioritárias e futuras: sementes de buriti (oji amu)

**Assim, a metodologia de discussão é composta por:**

1. ATORES LOCAIS – CANOA/CANOA/WAJIBAKA
2. VISÃO DE FUTURO – BURITIS DOS DESEJOS/MORICHES DE LOS DESEOS
3. NECESSIDADES PRIORITÁRIAS DA COMUNIDADE – PEIXES/PESCES/OBISU
4. DESAFIOS ENFRENTADOS PELA COMUNIDADE – PEDRAS/PIEDRAS/JOYO
5. SOLUÇÕES PRIORITÁRIAS – SEMENTES/SEMILLAS/OJI AMU
6. SOLUÇÕES FUTURAS – SEMENTES/SEMILLAS/OJI AMU



Figura 1. Elementos metodológicos



A seguir, faz-se uma breve descrição das perguntas realizadas durante o encontro para cada parte:

**1** **ATORES LOCAIS**  
CANOA/CANOA/WAJIBAKA



No início da atividade, todos os convidados da comunidade e da rede local se apresentavam.

PORTUGUÊS	ESPAÑOL
<p><b>Perguntas para os membros das comunidades:</b></p> <p>Quem sou eu? Qual é minha comunidade? Qual é nossa história? Qual é a história do nosso povo?</p>	<p><b>Preguntas para los miembros de las comunidades:</b></p> <p>¿Quién soy yo? ¿Cuál es mi comunidad? ¿Cuál es nuestra historia? ¿Cuál es la historia de nuestro pueblo?</p>
<p><b>Perguntas para os atores governamentais locais:</b></p> <p>Qual instituição eu represento? Qual é o papel da instituição na política pública no Brasil e na cidade ou no estado?</p>	<p><b>Preguntas para los actores gubernamentales locales:</b></p> <p>¿Qué institución represento? ¿Cuál es el papel de la institución en la política pública en Brasil y en el estado de Minas Gerais?</p>

## 2



### VISÃO DE FUTURO BURITIS DOS DESEJOS/MORICHES DE LOS DESEOS

Em seguida, os indígenas tomavam a palavra para apresentar seus desejos aos membros da rede local.

PORTUGUÊS	ESPAÑOL
<p><b>Perguntas norteadoras:</b></p> <p>○ que queremos para que nossa comunidade tenha uma vida digna? ○ que desejamos para nosso povo? ○ que queremos para as crianças, nossos filhos e nossos netos?</p>	<p><b>Preguntas norteadoras:</b></p> <p><i>¿Qué deseamos para que nuestra comunidad tenga una vida digna? ¿Qué deseamos para nuestro pueblo? ¿Qué queremos para los niños y niñas, nuestros hijos y nietos?</i></p>

## 3

### NECESSIDADES PRIORITÁRIAS DA COMUNIDADE PEIXES/PESCES/OBISU



Em suas falas sobre a visão de futuro, os indígenas também trouxeram suas necessidades e prioridades.

PORTUGUÊS	ESPAÑOL
<p><b>Perguntas norteadoras:</b></p> <p>Quais são as necessidades da comunidade? Do que a comunidade precisa para ter uma vida digna?</p>	<p><b>Preguntas norteadoras:</b></p> <p><i>¿Cuáles son las necesidades de la comunidad? Qué necesita la comunidad para tener una vida digna?</i></p>

## 4



### DESAFIOS ENFRENTADOS PELA COMUNIDADE PEDRAS/PIEDRAS/JOYO

Um espaço de debate se abriu, convidando também a rede local a compartilhar as ações desenvolvidas no território, os desafios encarados e as melhorias necessárias.

PORTUGUÊS	ESPAÑOL
<p><b>Perguntas norteadoras:</b></p> <p>Quais são os desafios para conseguir alcançar essas coisas?</p>	<p><b>Preguntas norteadoras:</b></p> <p><i>¿Cuáles son los desafíos para conseguir alcanzar lo que se necesita?</i></p>

5

## SOLUÇÕES PRIORITÁRIAS SEMENTES/SEMILLAS/OJI AMU



PORTUGUÊS

### Perguntas norteadoras:

Quais poderiam ser algumas das soluções prioritárias para resolver esses desafios e atender as necessidades?

ESPAÑOL

### Preguntas norteadoras:

¿Cuáles podrían ser algunas soluciones prioritarias para resolver estos desafíos y atender las necesidades?

6



## SOLUÇÕES FUTURAS SEMENTES/SEMILLAS/OJI AMU

Durante a apresentação de propostas dos indígenas, foi importante ouvir a rede local sobre as possibilidades de execução e as limitações na priorização e no planejamento de ações locais.

PORTUGUÊS

### Pergunta norteadora:

Quais poderiam ser algumas das soluções prioritárias para resolver esses desafios e atender as necessidades?

### Pergunta norteadora:

Quais poderiam ser algumas das soluções futuras para construir a visão de futuro da comunidade?

ESPAÑOL

### Pregunta norteadora:

¿Cuáles podrían ser algunas soluciones prioritarias para resolver estos desafíos y atender las necesidades?

### Pregunta norteadora:

¿Cuáles podrían ser algunas soluciones futuras para construir la visión de futuro de la comunidad?

Por sua vez, a visão de futuro foi trabalhada a partir de uma reflexão sobre os desejos coletivos da comunidade ao longo do tempo, isto é, em uma perspectiva intergeracional (avós, pais, filhos, netos). Para iniciar a discussão, foi apresentado um conjunto de dimensões de vida a serem consideradas na visão de futuro.

Figura 2. Dimensões da vida consideradas na visão de futuro



Para fins de sistematização nos relatórios de Plano de Vida, foi criada a posteriori uma nova categoria, Proteção, contemplando necessidades surgidas no processo de consulta às comunidades.

## I 6. REFLEXÕES SOBRE GOVERNANÇA

A governança migratória deve levar em consideração as especificidades dos povos indígenas e das comunidades tradicionais em mobilidade, e a construção do Plano de Vida é uma oportunidade de sensibilizar a rede local de atores governamentais e da sociedade civil sobre a importância da adequação cultural e linguística dos serviços oferecidos a essa população. Esse processo pode ser entendido como um dos mecanismos participativos para as políticas locais, ao mesmo tempo que consiste em uma estratégia para fortalecer a autonomia e auto-organização indígena.

Inevitavelmente, no espaço de diálogo, aparecerão elementos de governança, tais como ações de incidência política, atuação em órgãos colegiados, criação de tipificações, normas técnicas ou documentos orientativos, estruturação de grupos de trabalho ou espaços de discussão permanentes.

Conforme apontado, um dos elementos principais da metodologia é a presença de atores governamentais e da sociedade civil, em uma perspectiva interfederativa e interinstitucional. Isso permite elaborar soluções mais qualificadas e estabelecer compromissos mais amplos. Nesse sentido, a mediação durante as discussões sempre procura referenciar os atores locais e espaços de diálogo já existentes.

Outro elemento fundamental na sistematização foi a identificação dos elementos comuns a todas as comunidades. Cada comunidade teve acesso à sistematização de um Plano de Vida único e específico, a título de registro como ferramenta de diálogo e demanda perante o poder público. Porém, entende-se também a importância estratégica da construção de um resumo executivo das necessidades, dos desafios e das soluções prioritárias e futuras comuns a todos os diálogos realizados no município, em especial para estimular a resposta célere dos atores governamentais.

## I 7. PONTOS DE ATENÇÃO PARA AS DINÂMICAS PRESENCIAIS

Procurou-se trabalhar a recuperação da memória coletiva e ancestral a fim de trazer à tona a discussão sobre identidade comunitária e a perspectiva de futuro da coletividade. Para isso, a metodologia gira em torno da oralidade, da contação de histórias e da tradução de ideias em imagens.

Conforme visto anteriormente, a metodologia conta também com elementos de comunicação intercultural e parte do princípio da consulta livre, prévia e informada a populações indígenas, bem como de facilitação linguística para a discussão em português, espanhol e warao. Assim, as discussões foram apoiadas por tradução do português ao espanhol e posteriormente ao warao e vice-versa, realizada por indígenas Warao que atuaram como mediadores e intérpretes interculturais. A tradução revela-se uma demanda metodológica fundamental para o sucesso da atividade, ao fortalecer a interculturalidade do processo e possibilitar o entendimento mútuo entre os diferentes atores.

De modo a atender a diversidade linguística, é preciso sensibilidade em relação ao contexto de cada comunidade e às necessidades de entendimento e tradução que surgem ao longo do processo por parte de todos os atores. Uma comunicação intercultural garante que as decisões da comunidade sejam mais informadas e que relações de confiança entre os atores de governo e da sociedade civil e a comunidade sejam fortalecidas. A contratação de pessoas que possam realizá-la precisa levar em conta que se trata de um contexto de comunicação intercultural, que, como tal, requer sensibilidade interpretativa.

Outro elemento cultural a ser considerado é a dinâmica das comunidades em relação à participação de seus membros. Em alguns casos, é possível que apenas as lideranças desejem participar, porém, em outras situações, toda a

comunidade pode se fazer presente. Isso implica a necessidade de adequações logísticas dos encontros. Quando toda a comunidade participa, a presença de crianças e pessoas idosas pode exigir, por exemplo, a realização de atividades de entretenimento para que as mães possam participar das discussões ou uma maior atenção à acessibilidade do local. É fundamental respeitar a diversidade das formas de organização da comunidade, que devem ser acolhidas e levadas em conta no processo de discussão. Dessa forma, a participação nas oficinas também implica na pausa dos trabalhos habituais da comunidade, e tanto a pontualidade da equipe quanto a atenção às dinâmicas e outros compromissos feitos com a comunidade fazem parte do trabalho de interculturalidade nos encontros presenciais.

Recomenda-se ainda realizar as oficinas na sede de instituições públicas, tais como universidades, para promover o engajamento das comunidades com os espaços de sua rede local. Nesse sentido, é fundamental a oferta de transporte e alimentação e, se possível, espaço de cuidado para crianças a fim de fomentar e garantir a participação dos membros da comunidade. Por fim, é possível também conduzir os diálogos comunitários nos espaços de moradia das comunidades, desde que as condições acima sejam garantidas e as comunidades se sintam confortáveis com essa alternativa.

## 8. SISTEMATIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Parte da finalização do processo de sistematização é a devolutiva com as comunidades e os atores locais sobre a sistematização dos encontros. Sendo assim, sugere-se combinar um prazo junto à comunidade para mediar as expectativas sobre a entrega do material final, procurar garantir o acesso ao material a todos os participantes e avaliar a possibilidade de realizar a entrega dos Planos de Vida impressos.

Em políticas setoriais, há planos municipais, estaduais e nacionais. A forma como a informação é sistematizada depois de um processo de diálogo é fundamental para organizar estratégias que estejam dentro das capacidades comunitárias e das instituições locais envolvidas. Neste caso, o relatório produzido após os encontros foi estruturado com base nas sete dimensões que compunham a visão de futuro (buritis dos desejos), conforme o exemplo a seguir:

Figura 3. Exemplo de registro da visão de futuro de uma comunidade no relatório do Plano de Vida



As necessidades, os desafios e as soluções prioritárias e futuras, por sua vez, foram apresentados em formato de quadro, com indicação temática de acordo com as sete dimensões da visão de futuro, conforme os exemplos a seguir. As soluções fazem também menção a atores que podem ser envolvidos em sua realização. As necessidades e os desafios foram estruturados como substantivos, e as soluções, como verbos, a fim de ressaltar seu caráter de ação.



### DESAFIOS ENFRENTADOS PELA COMUNIDADE PEDRAS/PIEDRAS/JOYO

DESAFIO	DIMENSÕES
Dificuldade na destinação de terra em contexto urbano para garantir o direito ao território.	Moradia e território



### NECESSIDADES PRIORITÁRIAS DA COMUNIDADE PEIXES/PESCES/OBISU

NECESSIDADE	DIMENSÕES
Acesso a informação sobre ordens de despejo.	Moradia e território



### SOLUÇÕES PRIORITÁRIAS SEMENTES/SEMILLAS/OJI AMU

SOLUÇÃO	ATORES RESPONSÁVEIS	DIMENSÕES
Acesso a informação sobre ordens de despejo.	Comunidades Warao Instituto Federal do Amazonas (Ifam)	Moradia e território



SOLUÇÃO	ATORES ENVOLVIDOS	DIMENSÕES
Promover a ampla vacinação das comunidades.	Comunidades Warao Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SES/AM) Órgãos colegiados municipais	Saúde

Para garantir o alcance do documento tanto para as comunidades quanto para os atores de governo e a sociedade civil, o documento de sistematização é composto por:

## 1. Contexto

Apresentação, lista de atores presentes, introdução, descrição do encontro e breve explicação da metodologia.

## 2. Governança local

Sistematização das ações mencionadas no documento que são voltadas à governança, e não a uma das dimensões da visão de futuro (saúde, educação etc).

## 3. Elementos comuns entre as comunidades

Sistematização dos pontos comuns às comunidades, seguindo a estrutura apresentada acima:

- Visão de futuro;
- Desafios;
- Necessidades;
- Soluções prioritárias;
- Soluções futuras para a construção da visão de futuro das comunidades.

Este item fornece insumos aos atores de governo e à sociedade civil para identificar as demandas compartilhadas pelas comunidades sem ferir a especificidade de cada uma, que será apresentada no próximo item

## 4. Diálogo comunitário 1

Apresentação do Plano de Vida de cada comunidade, de acordo com a sistematização:

- Breve contexto da comunidade 1;

- Visão de futuro da comunidade 1;
- Desafios identificados pela comunidade 1;
- Necessidades identificadas pela comunidade 1;
- Soluções prioritárias identificadas pela comunidade 1;
- Soluções futuras para a construção da visão de futuro da comunidade 1.

## 5. Diálogo comunitário 2

Apresentação do Plano de Vida de cada comunidade, de acordo com a mesma sistematização.

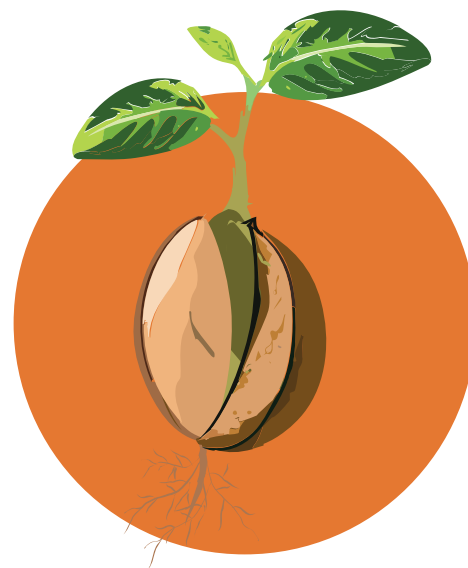
Esse modelo de sistematização procura trazer as demandas apresentadas de maneira sintetizada e objetiva. Porém, é importante reconhecer a necessidade de ampliar as formas de linguagem utilizadas para a comunicação com outros povos indígenas e comunidades tradicionais em mobilidade. Nesse sentido, recomenda-se usar recursos da oralidade, inclusive transcrição de falas, recursos audiovisuais, como gravações ou vídeos, e a construção de narrativas que consigam transpor o caráter técnico e, de fato, alcançar uma comunicação mais orgânica.

## I 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do Plano de Vida é um primeiro passo para apoiar a organização e autonomia das comunidades indígenas em seu diálogo com os atores de governo e sociedade civil. Trata-se de um marco a partir do qual podem ser desenvolvidas ferramentas complementares, tais como planejamentos participativos, planos de ação, cronogramas de implementação e indicadores de monitoramento e avaliação. O desenvolvimento das ações de governança pode apoiar a construção de espaços adequados para o seguimento dessas atividades.

A realização de processos de consulta é fundamental para promover a escuta ativa das comunidades indígenas e o diálogo com os atores de governo e sociedade civil. Devido ao próprio caráter da consulta, entende-se que a metodologia é maleável e pode ser aprimorada e adequada aos contextos locais de cada comunidade Warao, sempre mantendo a compreensão das pessoas indígenas como protagonistas dos processos de escuta e o respeito à interculturalidade e seus modos de vida.

A consulta feita para a confecção do Plano de Vida traz à tona ideias inovadoras e únicas, por seu caráter culturalmente adequado, e permite criar e aprimorar políticas públicas de forma benéfica a toda a sociedade, pois traz evidências e fomenta a participação social. Assim, a metodologia apresentada neste documento procurou contribuir para a ampliação dos processos de consulta às comunidades indígenas Warao em contexto de mobilidade no território brasileiro.





## I REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO OIAPOQUE (APIO). *Plano de vida dos índios e organizações indígenas do Oiapoque*. Oiapoque, 2009. 45p. il.

AZANHA, Gilberto. Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismos de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil. Em: Souza Lima, Antonio Carlos de; Barroso-Hoffmann, Maria (Orgs). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002. p. 29-37.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasil: Ciotti & Lima, 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004**. Aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília, 2009. Reimpresso em 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas sobre o PAIF**. Brasília, 2012. (Volume 2 – Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família).

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019**. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5). Acesso em: 28/12/2023

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 29.078, de 29 de março de 2021**. Estabelece medidas de controle e prevenção para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia do Novo Coronavírus – COVID19, no município de Foz do Iguaçu. Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu, Foz do Iguaçu, ano 24, n. 4.146, p. 4, 2021.

GESUAS. *Plano de Acompanhamento Familiar no Suas: o que é e como elaborar*. 2019. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/plano-de-acompanhamento-familiar/>. Acesso em: 28 dez. 2023.

GESUAS. *Como elaborar o Plano de Acompanhamento Familiar no Suas?* 2022. Disponível em: <https://blog.gesuas.com.br/como-elaborar-o-plano-de-acompanhamento-familiar-no-suas/>. Acesso em: 28 dez. 2023.

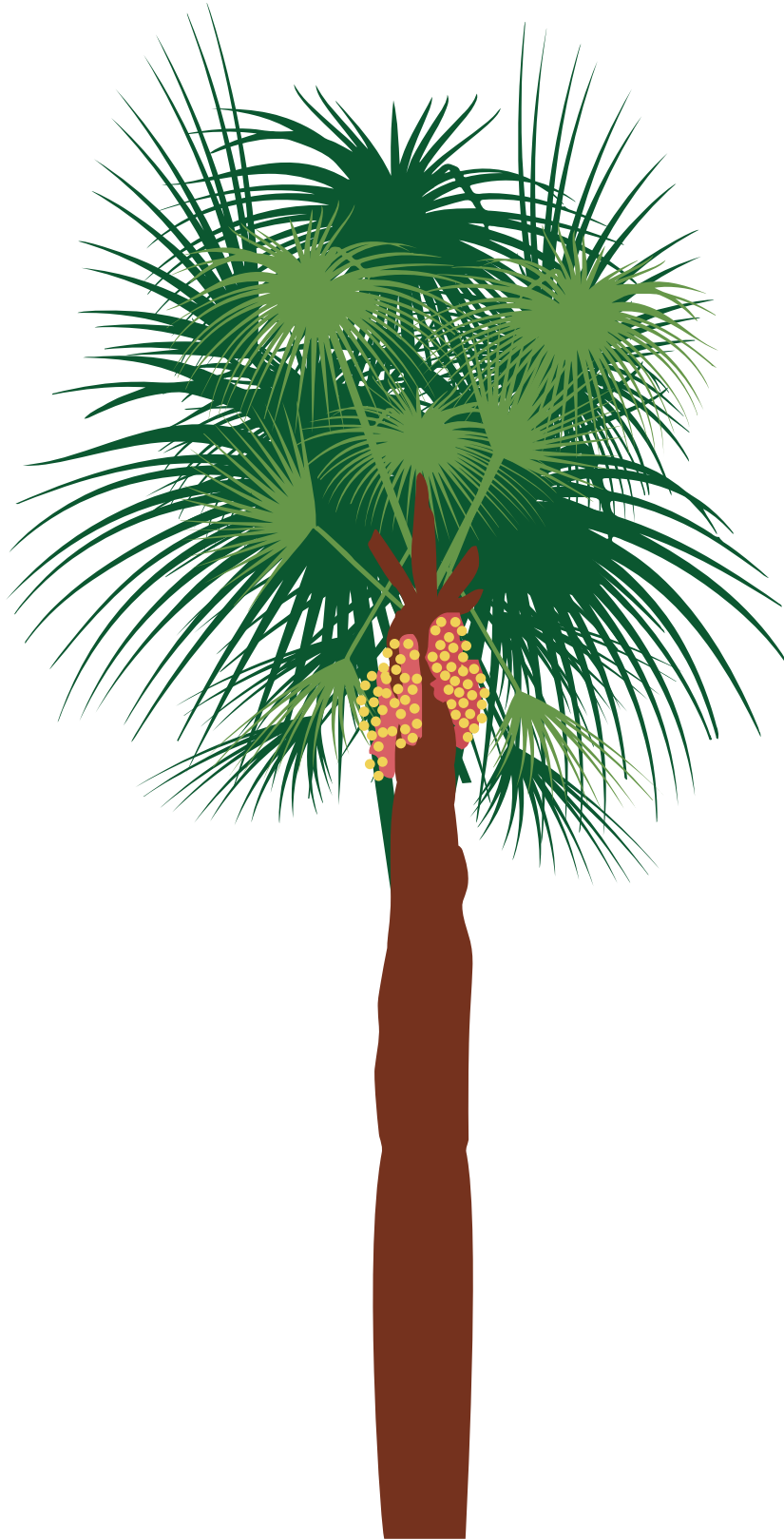
OIM et al. *Observatório Interativo da População Indígena do Fluxo Venezuelano para o Brasil*. Disponível em: <https://bit.ly/44EXuDR>. Acesso em: 04 dez. 2023.

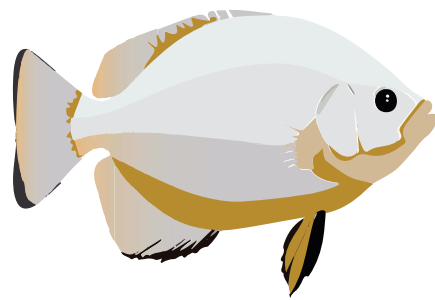
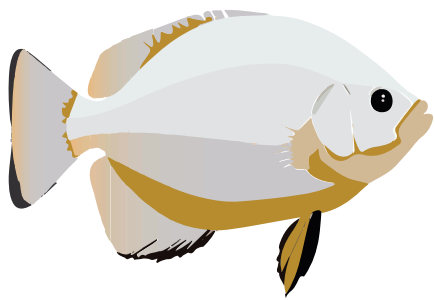
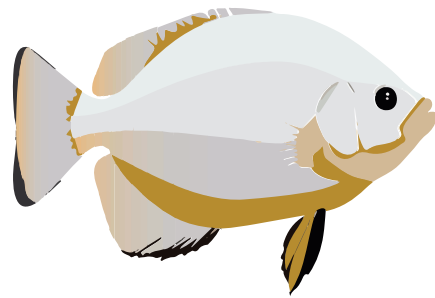
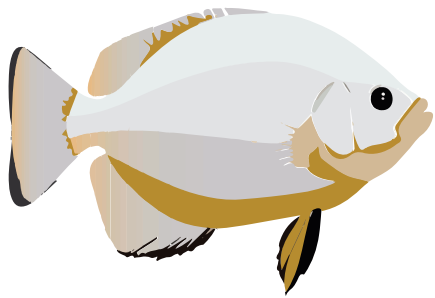
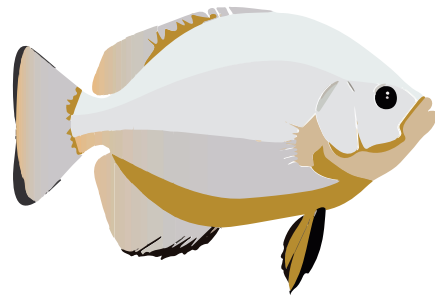
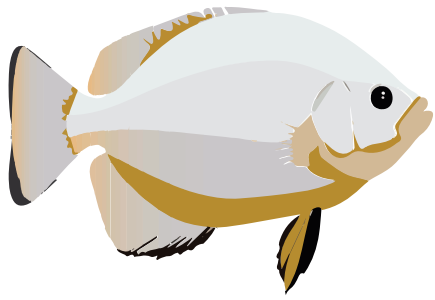
UNICEF. *Plano de Vida dos povos indígenas originários da Venezuela, Warao, E'ñepa e Ka'riña no Brasil*. 2022.

## | ANEXO: GLOSSÁRIO DE IMAGENS

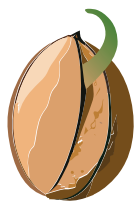
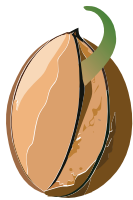
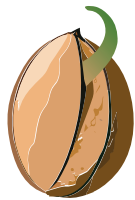
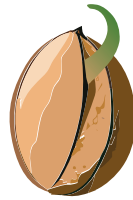
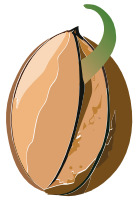
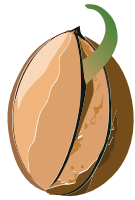
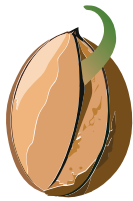
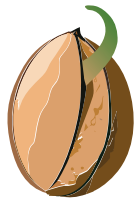
A versão digital desta publicação conta com um glossário de imagens para uso na implementação da metodologia.

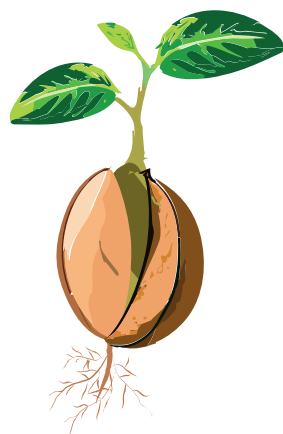
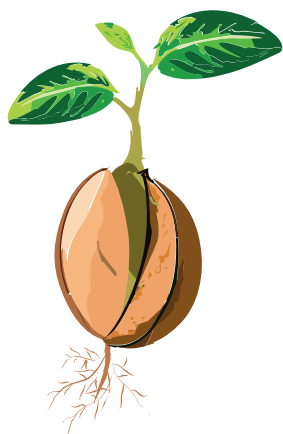
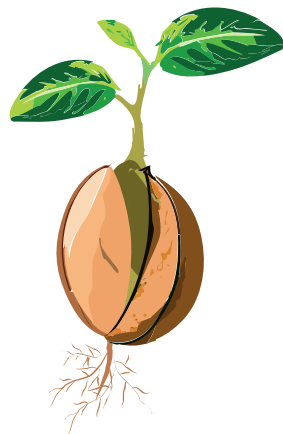
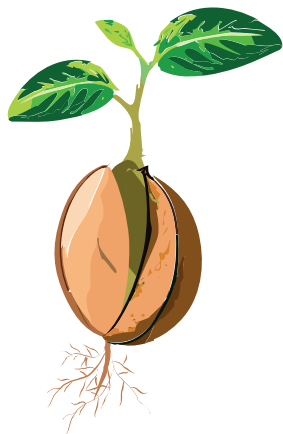
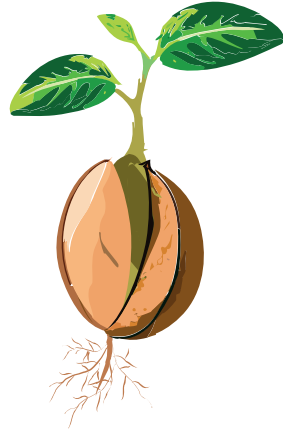














🌐 [brazil.iom.int](https://brazil.iom.int)

✉ [iombrazil@iom.int](mailto:iombrazil@iom.int)

f X @ 📺 OIMBrasil

